

SUMÁRIO

Capítulo 1

FAZENDA PÚBLICA.....	25
1. Generalidades.....	25
2. Entes que compõem a Fazenda Pública.....	25
3. A (re)apresentação da Fazenda Pública em juízo	28
3.1. A posição constitucional da Advocacia Pública.....	38
3.2. Procuradores dos órgãos legislativos e dos tribunais de contas.....	42

Capítulo 2

PRERROGATIVAS DA FAZENDA PÚBLICA EM JUÍZO	45
1. Generalidades.....	45
2. Fundamentos justificadores.....	45
3. Prazos.....	47
3.1. Forma de contagem dos prazos processuais	47
3.2. Suspensão dos prazos processuais	48
3.3. Prazos diferenciados para a Fazenda Pública.....	49
3.3.1. Exceções no próprio CPC.....	50
3.3.1.1. Prazo para propositura da Ação Rescisória	51
3.3.2. Exceções em legislação esparsa e consagradas pela juris- prudência.....	52
4. Comunicação dos atos processuais	52
4.1. Citação	53
4.2. Intimações	56
4.2.1. Intimação promovida pelo advogado	59
5. Despesas processuais	59
5.1. Adiantamento das despesas	60

5.1.1.	Atos praticados a requerimento da Fazenda Pública, do Ministério Público e da Defensoria Pública	60
5.2.	Preparo recursal e porte de remessa e retorno.....	62
5.3.	Despesas em sentido estrito	63
5.3.1.	Adiantamento dos honorários do perito em Ação Civil Pública	65
5.3.2.	Adiantamento dos honorários do perito em caso de beneficiário da justiça gratuita.....	65
5.4.	Depósito para a propositura de ação rescisória	66

Capítulo 3

PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIAS EM DEMANDAS ENVOLVENDO A FAZENDA PÚBLICA.....	67
1. Generalidades.....	67
2. Direito potestativo e direito subjetivo.....	68
2.1. Ação condenatória, ação constitutiva e ação declaratória	69
3. Nota sobre o conhecimento da prescrição e da decadência no CPC.....	71
4. Prescrição e decadência em face da Fazenda Pública	72
4.1. Interrupção da prescrição	73
4.2. Ação de reparação civil contra a Fazenda Pública	75
4.2.1. Ação de reparação em razão de fatos ocorridos durante o período de ditadura militar	77
4.3. Relações de trato sucessivo	78
4.3.1. Prescrição do fundo do direito	78
4.3.2. Ato de efeitos concretos.....	80
4.4. Prescrição da pretensão executiva.....	81
5. Ação anulatória de ato firmado entre o particular e o poder público.....	81

Capítulo 4

PARTE GERAL DO CPC E FAZENDA PÚBLICA.....	83
1. Generalidades.....	83
2. Fazenda pública e solução consensual dos conflitos.....	84
2.1. Interesse público e transigibilidade	84
2.2. Autocomposição em matéria de direito público.....	85
3. Negócios jurídicos processuais e Fazenda Pública	89
3.1. Os requisitos da negociação.....	89
3.2. Previsão normativa	90
3.3. Disposição de prerrogativas	91

3.4.	Portarias PGFN nº 360/2018 e nº 742/2018.....	93
3.5.	Negócios sobre processos indeterminados, mas determináveis – os protocolos institucionais	95
3.5.1.	A previsão legal sobre os protocolos institucionais e um caso paradigmático	96
3.5.2.	Convênios para a prática de atos processuais	98
4.	Competência.....	99
4.1.	Competência em razão da pessoa	100
4.1.1.	Exceções à competência constitucionalmente delimitada ..	101
4.1.2.	Intervenção da União e deslocamento de competência	103
4.1.3.	Delegação de competência federal a Juízos Estaduais	105
4.1.4.	Varas da Fazenda Pública na Justiça Estadual.....	107
4.2.	Competência em razão do território	108
4.2.1.	Demandas em que figuram como parte os Estados e o Distrito Federal e um problema de federalismo processual	110
5.	Intervenção de terceiros	113
5.1.	Intervenção anômala ou especial da Fazenda Pública	113
5.1.1.	Legitimidade	114
5.1.2.	Procedimentos que admitem a intervenção.....	115
5.1.3.	Demonstração de interesse econômico	116
5.1.4.	Atuação do interveniente	116
5.1.4.1.	Deslocamento de competência em caso de recurso e o conflito entre critérios de fixação de competência absoluta.....	117
5.1.5.	A intervenção anômala comparada à assistência e à intervenção do <i>amicus curiae</i>	119
5.2.	Denúnciação da lide promovida pela Fazenda Pública	121
6.	Tutela provisória contra a Fazenda Pública	123
6.1.	Tutela provisória e obrigações de fazer, não fazer e entregar coisa diferente de dinheiro	124
6.1.1.	Responsabilidade pelos eventuais prejuízos	126
6.2.	ADC nº 4 e ADI nº 4296	128
6.3.	Limitações à concessão de tutela provisória contra a Fazenda Pública	130
6.3.1.	Lei nº 8.437/92	130
6.3.2.	Lei nº 9.494/97	134
6.3.3.	Lei nº 12.016/2009	137

6.3.4.	Ações possessórias – o art. 562, p.ú., do CPC	140
6.3.5.	O art. 1.059 do CPC	140
6.4.	Estabilização da tutela antecipada antecedente.....	142
6.5.	Tutela de evidência.....	142
6.6.	Meios de impugnação à decisão que concede a tutela provisória	145
6.7.	Síntese: tutela provisória contra a Fazenda Pública	145
7.	Honorários nas demandas envolvendo a Fazenda Pública	147
7.1.	Forma de cálculos dos honorários	149
7.1.1.	Fixação de honorários por equidade	152
7.1.2.	Execução de obrigação de pagar contra a Fazenda Pública....	156
7.1.3.	Honorários recursais.....	162
7.2.	Honorários de titularidade da advocacia pública	164
7.3.	Dispensa de honorários quando a Fazenda Pública Federal reconhece a procedência do pedido	166

Capítulo 5

PROCESSO DE CONHECIMENTO E FAZENDA PÚBLICA.....	169
1. Generalidades.....	169
2. Audiência prévia de conciliação ou de mediação	169
2.1. Audiência prévia como ato necessário do procedimento	171
2.2. Multa pelo não comparecimento à audiência prévia	173
3. Revelia	175
3.1. Efeito material da revelia.....	175
3.2. Efeito processual da revelia	178
3.3. Produção de provas pelo revel.....	179
4. Ônus da impugnação específica	179
5. Coisa julgada nas relações de trato continuado e a cessação de sua eficácia pela superveniência de decisão do STF (temas 881 e 885 da repercussão geral).....	181
6. Remessa necessária.....	185
6.1. Cabimento	186
6.1.1. Julgamento antecipado parcial do mérito	187
6.2. Natureza jurídica	189
6.2.1. Apelação parcial e remessa necessária.....	191
6.2.2. Interposição de Recursos Excepcionais em sede de remessa necessária	192
6.2.3. Impossibilidade de <i>reformatio in pejus</i>	193

6.3.	Casos em que não haverá remessa necessária	193
6.4.	Legislação esparsa	196
6.4.1.	Ação Popular e Ação Civil Pública	196
6.4.2.	Mandado de Segurança	197
6.4.3.	Juizados Especiais	198
6.4.4.	Arbitragem	198
7.	Fazenda Pública e gestão de precedentes	199
7.1.	Atuação preventiva.....	200
7.1.1.	Transação no contencioso tributário de relevante e disseminada controvérsia jurídica.....	200
7.1.2.	Disposição de remessa necessária.....	202
7.2.	Atuação reativa.....	205
7.2.1.	Precedentes Administrativos e o papel da Advocacia Pública para a redução de litigiosidade.....	207
7.3.	Portaria Conjunta CNJ/AGU/PGFN/TRFs n. 7/2023.....	210

Capítulo 6

TUTELA EXECUTIVA E FAZENDA PÚBLICA	213
1. Generalidades.....	213
2. Impenhorabilidade dos bens públicos.....	213
3. Tutela executiva	215
4. Cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública	215
4.1. Impugnação ao cumprimento de sentença	217
4.1.1. Excesso de execução – quantia superior.....	221
4.1.2. Inexigibilidade da obrigação fundada em lei ou ato constitucional	222
4.1.3. Limitação do litisconsórcio multitudinário.....	227
4.1.4. Efeito suspensivo da impugnação.....	228
4.2. Cumprimento provisório	229
5. Processo de execução contra a Fazenda Pública	230
5.1. Embargos à Execução	231
5.1.1. Efeito suspensivo dos embargos à execução.....	233
6. Exceção ou objeção de pré-executividade.....	234
7. Execução entre entes públicos diversos	235
8. Adimplemento das obrigações pela Fazenda Pública.....	235
8.1. Obrigações de fazer, não fazer e entregar coisa diferente de dinheiro...	236
8.2. Obrigações de pagar	237

8.2.1.	Precatórios	237
8.2.1.1.	Correção monetária e juros.....	242
8.2.1.2.	Atuação do Presidente do Tribunal na gestão dos precatórios	248
8.2.1.3.	Impossibilidade de fracionamento dos precatórios.....	251
8.2.1.4.	Maneiras diversas de utilização de créditos em face da Fazenda Pública.....	253
8.2.1.5.	Cessão de precatório	254
8.2.1.6.	Assunção de débitos pela União	257
8.2.1.7.	Comprometimento das contas públicas e refinanciamento pelo ente público.....	257
8.2.1.8.	Fracionamento de precatórios de alto valor.....	260
8.2.1.9.	Emenda Constitucional nº 62/2009 e ADIs nº 4.357 e nº 4.425	261
8.2.1.10.	Intervenção pelo não pagamento dos precatórios.....	268
8.2.1.11.	Inconstitucionalidade do cancelamento automático dos precatórios e RRPV federais depositados há mais de dois anos.....	269
8.2.2.	Requisições de pequeno valor.....	271
8.2.2.1.	Renúncia a parcela do crédito	275
8.2.2.2.	Execução invertida ou cumprimento por iniciativa do devedor.....	275
8.2.3.	Emendas Constitucionais nº 113/2021 e nº 114/2021 e ADIs nº 7047 e nº 7064	278
8.2.3.1.	Destinação do precatório/RPV emitido em favor de devedores do Fisco.....	278
8.2.3.2.	Aproveitamento consensual de valores devidos por um ente a outro.....	279
8.2.3.3.	Imposição temporária de limites para alocação de despesas com o pagamento de precatórios... ..	282
8.2.3.4.	Precatórios Federais decorrentes de demandas de complementação do FUNDEF	288
8.2.4.	Emenda Constitucional nº 136/2025	289
8.2.4.1.	Novos limites para o pagamento de precatórios por Estados, Distrito Federal e Municípios.....	289
8.2.4.2.	Utilização de outras medidas para redução do estoque de precatórios	293

8.2.4.3. Nova previsão de negociação direta de precatórios.....	296
---	-----

Capítulo 7

EXECUÇÃO FISCAL.....	297
1. Generalidades.....	297
2. Certidão de dívida ativa (CDA)	298
2.1. Protesto de CDA.....	301
3. Legitimidade.....	303
4. Competência.....	306
5. Intimação pessoal	308
6. Procedimento	309
7. Responsabilidade patrimonial na execução fiscal.....	318
7.1. Fraude à execução fiscal.....	319
7.1.1. Enunciado nº 375 da Súmula do STJ	320
8. Ordem preferencial de penhora.....	322
8.1. Substituição da penhora por dinheiro, fiança bancária e seguro-garantia	324
8.2. Nomeação de bens de terceiro.....	328
8.3. Impugnação da avaliação	329
9. Reunião de execuções	329
10. Defesa do executado	330
10.1. Exceção de pré-executividade e defesas heterotópicas.....	330
10.2. Embargos à Execução Fiscal	332
10.2.1. Natureza Instrumental.....	332
10.2.2. Necessidade de garantia do juízo	332
10.2.2.1. Dispensa de garantia pela ausência de patrimônio disponível	333
10.2.2.2. Dispensa de garantia quando o crédito executado é mantido no CARF por voto de qualidade.....	334
10.2.2.3. Oferecimento antecipado de garantia	335
10.2.3. Prazo para apresentação dos Embargos à Execução Fiscal ..	336
10.2.4. Rito dos Embargos à Execução Fiscal.....	337
10.2.5. Embargos à execução fiscal por carta.....	339
11. Prescrição intercorrente	340
11.1. Temas 566 a 571 dos Recursos Repetitivos.....	343
12. Concurso de penhoras e concurso de credores	348

13. Expropriação	351
14. Sentença, recursos e coisa julgada	354
15. O congestionamento do poder judiciário e o futuro da execução fiscal	356

Capítulo 8

MEDIDA CAUTELAR FISCAL	361
1. Generalidades	361
2. Legitimidade	362
3. Competência	362
4. Tutela de urgência de fundamentação vinculada	363
4.1. Constituição do crédito tributário e hipóteses excepcionais	365
4.2. Discussão administrativa do crédito constituído	366
5. Procedimento	367
5.1. Medida cautelar antecedente	367
5.2. Medida cautelar incidental	370
5.3. Decisão liminar	370
5.4. Efeitos da concessão da medida	371
5.4.1. Prestação de garantia	374
6. Cessação da eficácia da medida cautelar	374

Capítulo 9

MANDADO DE SEGURANÇA	377
1. Generalidades	377
2. Cabimento	377
3. Legitimidade	382
3.1. A autoridade coatora	384
3.1.1. Teoria da encampa�o	388
4. Competência	389
5. Vedações ao manejo do mandado de segurança	391
6. Tutela provisória	394
7. Prazo para impetração	396
8. Procedimento	398
8.1. Carga eficaz da sentença em mandado de segurança	404
8.2. Litisconsórcio	405
8.3. Competência originária de tribunal	406
8.4. Regime recursal	406
9. Mandado de segurança coletivo	410

Capítulo 10

INCIDENTE DE SUSPENSÃO DE DECISÕES CONTRA O PODER PÚBLICO	415
1. Generalidades.....	415
2. Natureza jurídica e contornos básicos.....	415
3. Legitimidade.....	417
4. Competência.....	418
5. Cabimento	419
6. Procedimento	421
6.1. Paralelismo entre o pedido de suspensão e o recurso na demanda originária	424
6.2. Regime recursal	425
6.3. Suspensão de múltiplas decisões	428
BIBLIOGRAFIA.....	431